



“A CIDADE ESTÁ CHEIA DE FLAGELADOS”: Montes Claros como entreposto da migração nordestina e seus desdobramentos, 1930 - 1940¹

“THE CITY IS FULL OF SCOURGES”: Montes Claros as a hub for migration from the Northeast and its consequences, 1930 -1940

“LA CIUDAD ESTÁ LLENA DE FLAGAS”: Montes Claros como centro migratorio del Nordeste y sus consecuencias, 1930-1940

Pedro Jardel Fonseca Pereira [*]

[*] Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e graduado em História pela mesma Universidade. Integra o Grupo de Pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos” (UERJ/CNPq). E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a passagem dos migrantes nordestinos por Montes Claros, sob a ótica do *Gazeta do Norte*. A cidade norte - mineira era entreposto dos “flagelados da seca”, cujo intuito era embarcar na Estação Ferroviária para São Paulo, no entanto, antes eram submetidos à triagem médica. Na fundamentação teórica, utilizamos as seguintes categorias de análises: *reprodução social das famílias nordestinas* de Paulo Fontes e *estabelecidos e os outsiders* de Norbert Elias e John L. Scotson. As informações obtidas a partir da imprensa foram analisadas sob a perspectiva metodológica da Análise do Discurso. O que nos permitiu constatar que os migrantes, além de serem indesejados, foram alvos de ações que visavam excluí-los da urbe.

Palavras-chave: Migrantes nordestinos; Montes Claros; controle da mobilidade.

Abstract: The objective of this article is to analyze the passage of migrants from the Northeast through Montes Claros, from the optics of the discourses of *Gazeta do Norte*. The city in northern Minas Gerais was a depot for the “scourged by the drought”, whose intention was to board the train station to São Paulo and who had to undergo medical screening that rejected the sick. In the theoretical basis, we used the following categories of analysis: *social reproduction* by Paulo Fontes and *established and Outsiders* by Norbert Elias and John L. Scotson. The information obtained from the press was analyzed from the methodological perspective of Discourse Analysis. This allowed us

¹ Este artigo foi desmembrado da tese de doutorado produzida pelo autor.

to determine that the migrants, in addition to being unwanted, were targets of actions that aimed to exclude them from the city.

Keywords: Migrants from the Northeast; Montes Claros; mobility control.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el paso de migrantes nordestinos por Montes Claros, desde la perspectiva de Gazeta do Norte. Esta ciudad del norte de Minas Gerais fue un punto de acogida para los "azotados por la sequía", cuya intención era abordar la estación de tren con destino a São Paulo. Sin embargo, primero fueron sometidos a un examen médico. En nuestro marco teórico, utilizamos las siguientes categorías de análisis: la reproducción social de las familias nordestinas, según la descripción de Paulo Fontes, y las familias establecidas, y los forasteros, según la descripción de Norbert Elias y John L. Scotson. La información obtenida de la prensa se analizó desde la perspectiva metodológica del Análisis del Discurso. Esto nos permitió determinar que los migrantes, además de ser indeseados, fueron objeto de acciones destinadas a excluirlos de la ciudad.

Palabras clave: Migrantes del Nordeste; Montes Claros; control de movilidad.

Introdução e fundamentação teórica

A partir da chegada da Ferrovia Central do Brasil, no ano de 1926, a cidade de Montes Claros, localizada no Norte de Minas Gerais, passou a receber diariamente uma quantidade extraordinária de migrantes provenientes do Nordeste e Norte de Minas. No entanto, nem todos os que chegavam conseguiam seguir seu destino previsto. O que contribuiu para que o contingente de pessoas retidas na cidade superasse, em algumas épocas, o número de habitantes locais. Dois fatores colaboraram para que a urbe se tornasse entreposto dos nordestinos e norte-mineiros em deslocamento para o Estado de São Paulo. Como o recrutamento de mão de obra para atender à demanda dos agricultores paulistas.² O segundo fator foi a chegada da Ferrovia, em meados da década de 1920, ao norte de Minas, especificamente em Montes Claros. Devido aos problemas econômicos relacionados à Crise de 1929 e à Primeira e Segunda Guerra Mundial, o prolongamento da ferrovia foi interrompido por alguns anos e a cidade permaneceu como ponta de trilhos por quase duas décadas. Para os migrantes, a chegada da ferrovia em Montes Claros agilizava o tempo da

² No governo de Getúlio Vargas a imigração estrangeira sofreu restrições e os trabalhadores nacionais teriam o papel de atender a demanda de mão de obra interna. Ver em Koifman 2012, Lessa 1993.

viagem até São Paulo, antes realizada diretamente em caminhão pau de arara,³ por isso, passaram a se deslocar para essa cidade. Nesse mesmo íterim, os agenciadores de mão de obra também estabeleceram na urbe seus escritórios; dessa maneira, não era mais necessário o deslocamento até os estados do Nordeste para recrutar trabalhadores.

Montes Claros, entretanto, não dispunha de uma infraestrutura para atender à demanda e os recrutadores de mão de obra estavam interessados apenas nos trabalhadores sadios; para isso era realizado um exame médico, e aqueles considerados doentes eram rejeitados. Os trabalhadores em condições precárias permaneciam acampados ao lado da Estação Ferroviária, na praça pública, sob as sombras das árvores e nos beirais das casas. Uma das alternativas encontradas para sobreviver foi recorrer à população no intuito de angariar algum alimento ou mesmo alguns “trocados” [dinheiro] para saciar a fome. O que foi categorizado pela imprensa como *mendicância*.

Para a elite local, o grande número de mendigos circulando e esmolando pelas ruas da cidade representava um grande problema social, sanitário, estético e de violência. Do ponto de vista das autoridades, políticos, comerciantes, profissionais liberais, Igreja Católica, imprensa, dentre outros, devido à sua localização privilegiada, a cidade figurava como a metrópole norte-mineira. No entanto, existia o lado negativo, ou seja, o fato de ela ser centro de convergência de migrantes contribuía para atrair um enorme contingente de pobres.

Por meio dessa investigação questionamos qual era a real intenção, sobretudo da imprensa local, ao difundir as informações sobre os migrantes rejeitados em Montes Claros? As indicações das fontes e a análise realizada viabilizaram a hipótese de que os grupos da elite local⁴ estavam preocupados com a higiene e o desenvolvimento da cidade. Os migrantes retidos representavam um aspecto negativo diante do ideal de “modernização” da urbe. Inclusive, foram articuladas diversas estratégias de caráter higiênico e de segregação no intuito de limpar a cidade. Como também utilizar a imprensa para propagar um discurso negativo sobre os “retirantes”. Em relação aos termos retirantes e flagelados, Frederico Castro Neves (2000) observa que existe uma diferença em suas acepções. O termo “retirante”, por exemplo, era atribuído àquele que, em tempos de seca, retirava-se do seu local de moradia, podendo retornar com o fim desse período. O historiador ressalta: “Aliás, percebê-lo como ‘retirante’ já é uma objetivação, uma definição do saber que se generaliza como se fosse da natureza das coisas” (Neves 1995, 94).

³ "Pau de arara" é um caminhão adaptação para o transporte de passageiros, comum em regiões rurais, sobretudo no passado, pois este tipo de transporte é irregular. Ele é caracterizado por uma carroceria aberta com tábuas de madeira como assentos, muitas vezes cobertos por uma lona encerada.

⁴ Composto por fazendeiros, políticos, delegado de polícia, grandes comerciantes, médicos, advogados e Igreja Católica.

A partir da seca de 1915, esses sujeitos passam a ser denominados “flagelados”, termo que indicava uma condição de vítima de um flagelo – algo exterior a todos, indistinto, pertencente ao domínio do imponderável. Para os novos saberes, esse homem que se retira era visto, segundo o historiador, como um objeto inanimado, condicionado a não fazer escolhas, condenado à resignação diante daquilo que era imposto pelo divino.

A presente pesquisa se mostra relevante por lançar luz sobre um aspecto da migração de nordestinos ainda pouco visível, que diz respeito ao que ocorria com os migrantes durante a viagem. Como, por exemplo, uma triagem médica realizada no meio da travessia e como reflexo desse processo, a precariedade enfrentada pelos deslocados. Além disso, evidenciamos o papel dos trabalhadores enquanto mão de obra nesse período.

Num primeiro momento identificamos no jornal local, o *Gazeta do Norte*, a passagem e a permanência temporária dos migrantes por Montes Claros. Assim como os reflexos da triagem médica realizada pelo serviço de migração, na trajetória desses sujeitos e para a própria cidade.⁵ A *Revista do Conselho de Imigração e Colonização* também abordou o assunto, mas as informações dizem respeito aos auxílios prestados pelo Conselho aos nordestinos rejeitados em Montes Claros. Ou, como se referiu à imprensa na época, os flagelados da seca, ou retirantes, pois o termo migrante era geralmente utilizado para nomear, na maioria das vezes, os estrangeiros que chegavam ao Brasil (Paiva 2004). A Revista *O Observador Econômico e Financeiro*, com sede no Rio de Janeiro, também noticiou o que vinha ocorrendo com os migrantes nordestinos retidos na cidade.

As historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) chamam atenção para os mais variados aspectos da vida social e política, que podem ser extraídos da imprensa. Nesse sentido, afirmam: “Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz e Peixoto 2007, 256).

Como suporte social, segundo as pesquisadoras, a imprensa se comunica de um lugar específico de fala, tempo e intencionalidades. Para isso, deve-se considerá-la “como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal” (Cruz e Peixoto 2007, 258). É necessário identificar como a cada momento são estabelecidas as relações entre imprensa e sociedade e como essa relação propõe movimentos de constituição e instituição do social. Contudo, a interpretação desse tipo de

⁵ Esse se encontra em arquivo físico no Centro de Pesquisa e Documentação Regional (CEPEDOR), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

informação requer também um suporte conceitual, já que a imprensa é constituída de discursos e representações. O historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) orienta que, ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu contexto de produção no passado: “Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte [...] devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais” (Albuquerque Júnior 2011, 235).

Ainda, para o autor, independentemente do documento, ele é uma forma de discurso. Para que a análise seja mais profícua, ela deve ser realizada em dois momentos: primeiro, fazer uma análise externa – nessa etapa, o pesquisador deve se informar sobre datação, localização espacial e as autorias, assim como também identificar o momento histórico em que ele foi proferido, os pretextos e seus objetivos; esclarecer as relações de poder e de saber em quais o responsável pelo discurso está envolvido. A etapa seguinte é da análise interna, quando se identifica o “acontecimento” e interroga e, para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: “tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada” (Albuquerque Júnior 2011, 237).

Na fundamentação teórica recorremos ao conceito de reprodução social das famílias nordestinas. Essa categoria de análise vem sendo empregada pelos historiadores, desde a década de 1970. Uma das pioneiras no seu uso foi Marilda Aparecida de Menezes em, *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho* de 1985. A historiadora utilizou esse conceito para refutar a interpretação baseada nos fatores de expulsão e atração, em voga nas décadas anteriores, sendo Paul Singer um dos seus expoentes.⁶ Conforme Menezes (2012), os deslocamentos não tinham caráter definitivo, ou seja, a maioria dos operários retornava para suas localidades, após uma temporada, como empregados em outros estados. Ou seja, após reunir alguns recursos financeiros.

A estratégia de migrar para obter recursos e depois retornar para suas regiões de origem também foi realçada por Paulo Fontes. O historiador analisou na perspectiva da reprodução social os deslocamentos de trabalhadores nordestinos para São Miguel Paulista, na região da zona leste de São Paulo, capital, no período de 1945 a 1966.⁷ A partir da análise da movimentação da estrada Rio-Bahia, Fontes (2002), constatou que os índices de retornos dos nordestinos eram altos na

⁶ *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo* (1973). O estudo foi incluído no livro Singer, Paul. 1973. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.

⁷ Fontes 1996; 2002.

década de 1950. Somente no primeiro semestre de 1953, por exemplo, os dados apontaram uma taxa de retorno de 39%. Conjecturou-se que a metade dos migrantes nordestinos retornava para suas de origem, no final da citada década.

A mesma constatação feita por Menezes (2012) e Fontes (2002), nós a confirmamos por meio do O Observador. Segundo a fonte, 64,86% dos migrantes no ano de 1939 já tinham estado em São Paulo pelo menos uma vez, isto é: “Já é mesmo commum encontrar-se grande número de trabalhadores que vão a São Paulo para a colheita do algodão e voltam até a colheita seguinte” (O Observador Econômico e Financeiro 1939, 63). Consoante o Observador, a intenção da maioria dos trabalhadores era “fazer o seu pecúlio e regressar à terra natal” (O Observador Econômico e Financeiro 1939, 64). O que nos permite questionar a ideia generalizada de que os nordestinos, por meio dos deslocamentos, abandonavam o Nordeste, fugindo da seca e da fome. Além de evidenciar as constantes e reiteradas travessias realizadas pelos trabalhadores.

Outra categoria que foi fundamental na interpretação e compreensão do objeto em análise foi formulada por Norbert Elias e John L. Scotson. Os autores analisaram as relações de poder, *status* e tensões, a partir da realidade social de uma comunidade periférica da Inglaterra (Winston Parva - nome fictício). Sob a ótica dos *estabelecidos* e os *outsiders*, os recém-chegados eram estigmatizados pelos moradores antigos. Elias e Scotson (2000, 19) afirmam nesse sentido que: “O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior - o carisma grupal distintivo - que o grupo dominante atribuía a si mesmo”. Isto é, os estabelecidos se reconheciam como uma “boa sociedade” que ocupava um lugar de prestígio e poder, modelo moral para os outros. Enquanto “os de fora” eram concebidos como anômicos e não limpos, por isso: “Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de espécie inferior” (Elias e Scotson 2000, 19). Ressalvando-se as devidas especificidades de cada época e contextos, nos baseamos na interpretação desses autores para compreendermos a conjuntura dos migrantes retidos em Montes Claros. Nesse sentido, o fato de os migrantes nordestinos serem vistos como “os de fora”, implicou num olhar subalternizante, o que contribuiu para agravar as condições precárias enfrentadas por esses sujeitos.

É fundamental neste contexto também compreendermos o significado de cidade, a partir de duas interpretações na definição de Benevolo (1984, 13), “uma indicando uma organização da sociedade concentrada e integrada” e a outra “para indicar a situação física da sociedade”. De

acordo com aquela primeira, a cidade é vista como um “corpo social”, organizada a partir das dimensões culturais e sociais. Consoante a segunda, a cidade é pensada como “um cenário físico da vida humana”. O foco dessa última é nas intervenções humanas em determinado espaço natural, desde as alterações mínimas às mais complexas realizadas no ambiente, a exemplo das edificações que carregam as características da sociedade que as executa. Especificamente, em relação a Montes Claros, é importante levarmos em consideração também a observação feita por Silva (2012, 109), conforme o autor: “A modernização da sociedade incluía um redimensionamento, uma nova organização do espaço público. Para isso, era inevitável o lidar com uma população de marginalizados que crescia vertiginosamente”. Diante dessa conjuntura, a presença dos migrantes passou a representar um problema social, mas sobretudo estético, que interferia negativamente nesse processo de modernização.

A política de controle da mobilidade e a triagem médica em Montes Claros

Para Odair Paiva: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (Paiva 2004, 105). No entanto, antes da reformulação da política migratória pelo governo de Getúlio Vargas, as empresas privadas⁸ recrutavam mão de obra nos estados do Nordeste, faziam a triagem médica nos pontos de embarque e autorizavam os trabalhadores a seguir para São Paulo. Ao passo que: “À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e o destino dos mesmos” (Paiva 2004, 123).

A partir da reformulação, o governo decretou que: “A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal deste Departamento [Departamento de Terra e Imigração e Colonização] por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, 1.023-A, de 31-12-0938” (Revista de Imigração e Colonização, 1942, n. 2, p. 112). Nesse sentido, para agilizar os serviços, foi criada a Inspetoria do Trabalhador Migrante (I.T.M.), a qual “reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39” (Paiva 2004, 117). A sede dessa instituição ficava em São Paulo e um de seus postos avançados em Montes Claros.

A história de Montes Claros foi iniciada com a fundação da Fazenda homônima, concedida pelo alvará de 12-04-1707, ao bandeirante Antônio Gonçalves Figueira. Após cento e vinte e quatro

⁸ Ver: Tessari e Costa (2019, 527).

anos, o então arraial de Nossa Senhora de Conceição e São José de Formigas foi desmembrado da Comarca de Serro Frio, em 1831, e tornou-se vila de Montes Claros de Formigas. Em 1857, a Vila foi elevada à categoria de cidade, sem a nomenclatura Formiga (Vianna 2007).

Até o ano de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes; após esse período, inicia-se uma nova configuração demográfica, enquanto, no primeiro momento, a cidade se desenvolveu em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. O segundo momento de expansão, conforme Iara Soares França (2007), ocorreu em torno da Estação Ferroviária, inaugurada em 1926. Conforme Marcos Esdras Leite (2011), foi nessa época que surgiu a primeira favela de Montes Claros, localizada no Morro Dona Germana, ao fundo da Estação Ferroviária. Conforme constatamos, a maioria dos moradores dessa área suburbana, o bairro Morrinhos, eram trabalhadores migrantes provenientes dos estados do Nordeste e Norte de Minas.

Montes Claros, no entanto, figurava como polo econômico, político-administrativo e cultural desde a época do Império. A chegada da ferrovia na década de 1920 contribuiu para intensificar seu papel de destaque, em face às demais cidades norte-mineiras e do Sul da Bahia. Como referência centrípeta desse amplo território, convergiam para seu espaço urbano produtos e pessoas em mobilidade, em ambas direções, no eixo nordeste-sudeste (Lessa 1993, Cardoso Junior 2008). Nesse sentido, Luciano Pereira Silva (2012) ressalta que: “À medida que crescia, Montes Claros se afirmava como um local de atração para migrantes de várias regiões que buscavam melhores condições de vida. Somados aos pobres que já viviam na cidade, formavam um conjunto de indivíduos que também eram símbolos da nova realidade do núcleo urbano” (Silva 2012, 194).

Na segunda metade da década de 1930, em razão do aumento da chegada dos migrantes, a dinâmica urbana foi novamente alterada com a instalação do Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante, cujo objetivo era recrutar mão de obra para São Paulo (Observador 1939). No Posto de Triagem, no entanto, “a orientação era que se deveria recrutar apenas elementos válidos e efetivamente desejosos de trabalhar, braços ordeiros, sadios e operosos, de elementos úteis à coletividade” (Revista de Imigração e Colonização 1943, n.º 1, 30). O propósito era que também funcionasse na cidade uma hospedaria do migrante para acolher os trabalhadores que passassem pelo exame médico, além da hospedagem, deveriam receber alimentação e os farnéis.⁹ Em alguns períodos os migrantes também eram imunizados com vacinas e precisavam aguardar uma espécie de “quarentena” de pelo menos oito dias na cidade, antes de viajar. No entanto, apenas sadios eram

⁹ A refeição que os migrantes recebiam para ser consumida durante a viagem (Observador Econômico e Financeiro 1939).

autorizados a seguir viagem; os doentes eram recusados na cidade, em condições precárias, como veremos adiante.

“Herança indesejável que a seca nordestina legou à cidade”: migrantes em condições precárias e o controle da mendicância

A partir da década de 1930, conforme o registro da imprensa, “aumenta diariamente, num número crescendo assustador, o número de flagelados, que do Sul da baía e extremo norte do Estado [Minas Gerais], chegavam a essa cidade, acampados na catedral em construção e nos arredores sob as árvores” (Gazeta do Norte 1939, 11).¹⁰ Foi aludido também o principal meio de transporte utilizado pelos migrantes, o caminhão pau de arara, além de mencionar a triagem: **“Depois desse exame [médico] os que prestam são mandados pra São Paulo e outros estados onde encontrem trabalho”** (Gazeta do Norte 1939, 10) (grifo do autor). Foi realçado ainda que: “Em São Paulo, porém, não se desejam incapazes e nem aqueles que sofrem qualquer moléstia suscetível de contágio” (Gazeta do Norte 1935, 13). O que representou um problema para a cidade e para os próprios migrantes.

Para garantir uma triagem rigorosa, conforme o informado, “se acha o médico da empresa de imigração a examinar os candidatos à passagem e o auxílio para o êxodo e, além d'elle fiscais do povoamento estadual a verificar se a selecção por parte da empresa de emigração está sendo feita com o rigor exigido” (Gazeta do Norte 1935, 13). O excerto seguinte também evidencia quem eram os rejeitados na triagem médica: “O exame do candidato a emigrante rejeita os incapazes de qualquer gênero - os aleijados e os que são portadores de moléstias contagiosas [...] sendo refugados os que não preenchem as condições exigidas pelo serviço de aliciamento” (Gazeta do Norte 1935, 13). No ano seguinte, os dados demonstram que a situação não tinha alterado, em relação à seleção de trabalhadores: “Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os

¹⁰ “A massa humana, ora em conta-gottas, ora em caudal, mas ininterruptamente, desde Urandy, vem gente de Umburanas, Monte Alto, Guanaby e Caitité, de Caitité por seu turno, já vem gente de Macahubas, Riacho de Sant’Anna, Contendas, Paramirim, Minas do Rio das Contas, Dr. Seabras. Vem também creaturas de Caculé, onde vão parar vinda de Bom Jesus dos Meiras, Palmeiras e Ituassu. Em Candeúba forma outro ponto de Sub-concentração de onde deflue para Montes Claros os migrantes de Conquista, Jequié, São João do Alípio e Pocões (O Observador Econômico e Financeiro, 1939, p. 54). Embora os registros também indiquem que migravam para Montes Claros pessoas de outros Estados como: Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí e Pernambuco. De acordo com o levantamento realizado pela fonte, a maioria dos migrantes que chegavam à Hospedaria do Imigrante, em São Paulo, eram do estado da Bahia, em um total de 48.474, ou seja, 68%, já os mineiros ocupavam o segundo lugar, com 17.620 (25%)(O Observador 1939, 56).

aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados” (Gazeta do Norte 1936, 12). O contexto não poderia ser mais propício para gerar um quadro de condições precárias e insegurança sanitária, devido à retenção de pessoas doentes, numa cidade sem infraestrutura hospitalar que pudesse atendê-las.

As informações seguintes elucidam os migrantes já em condições precárias, como foi informado, “sem casa, sem abrigo, sem pão” (Gazeta do Norte 1936, 15). Os dados de outra fonte confirmam essa conjuntura ao fazer menção ao quantitativo de migrantes retidos na cidade, em meados da década de 1930, a documentação da Estrada de Ferro Central Brasileira (Ferrovia Central do Brasil 1935), por exemplo, cita que eram 10.101. No ano seguinte, embora tenha ocorrido uma redução, o Jornal local mencionou cerca de quatro a cinco mil “retirantes” (Gazeta do Norte, 26/06/1936). Nomeados pelo periódico de “Legião dos rejeitados”. Outra imprensa, essa com sede no Rio de Janeiro, informou, com base no relatório do próprio CIC, que:

Ao chegarmos à primeira cidade [Montes Claros] pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores allí concentrados. As pensões de classe inferiores, super-lotadas; pelos arredores da cidade, todas as taperas tomadas; vê se até mesmo debaixo das frondosas árvores e no pateo da estação, gente procurando se abrigar. [...] Assistimos a um triste espetáculo: dezenas de famílias abrigadas em baixo das mangueiras, aguardam famintas, as providências do governo a fim de poderem seguir para São Paulo. Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morrerem de fome, apresentam um quadro verdadeiramente doloroso (O Observador 1939, 56).

As condições precárias em que se encontravam os migrantes também passaram a incomodar os grupos da elite local, preocupados com os reflexos negativos para Montes Claros: “Para nós a pior consequência é a seleção que faz as agências de aliciamento. Os agenciadores trazem gente de toda a espécie e aqui, após um exame médico, grande parte é recusada” (Gazeta do Norte 1937, 09). O que conflitava com as ideias de “progresso”, idealizadas após a chegada da ferrovia, como evidencia o excerto seguinte:

A cidade, o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infeccioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnífico de trabalho e progresso (Gazeta do Norte 1935, 09).

Outro problema apontado pelas autoridades locais foi que os migrantes rejeitados na triagem não recebiam nenhum tipo de assistência do governo, como foi ressaltado: “É um abuso inqualificável deixar sem auxílio, abandonando-as por aí, para viverem em contato com a população, centenas de pessoas atacadas de tracoma, terríveis moléstias dos olhos. De todos os males é este último o mais grave” (Gazeta do Norte 1939, 21). O relato a seguir demonstra que além

de serem desamparados, após a rejeição nos exames médicos, existiam outros critérios de impedimentos, sobretudo em relação às migrantes, mulheres que não estavam acompanhadas de um homem. Como foi exposto:

Ainda em dia dessa semana, em nossa redação estiveram três pobres mulheres que vieram nos explicar suas situações de penúria e pedir um auxílio, pois que foram jogadas na rua, não podendo nem ao menos ficar no casarão imundo, fétido e insuportável, onde estão alojados os demais flagelados. [...] As duas outras não recebem comida porque vieram sozinhas sem um homem que as acompanhassem. Por isso, foi lhes negado também o passe para São Paulo (Gazeta do Norte 1939, 09).

As migrantes em evidência eram: Rosa Lima da Silva, natural da cidade de Bom Jesus da Lapa - Bahia, estava doente de tracoma e tinha o rosto marcado por uma queimadura. Herminia Ferreira dos Santos e Durvalina Ferreira de Souza, de Riacho dos Machados - Minas Gerais. Um dado relevante dessa informação é que, na maioria das vezes, no processo migratório, é evidenciada apenas a presença e o papel dos homens; mesmo quando se deslocavam com suas famílias, as mulheres são citadas apenas como esposas ou filhas. Entretanto, percebemos que elas também migravam sem estar acompanhadas de um homem, seja ele o marido ou algum familiar. No caso das citadas migrantes, as evidências apontam que era um grupo composto apenas por mulheres.

Diante da indesejada presença dos migrantes na cidade, o discurso das autoridades locais era convergente; pois, para o prefeito, eles representavam uma “praga social”; para o médico sanitarista, esses ofereciam risco à saúde da população, pois eram portadores de moléstias contagiosas. À polícia coube a criminalização desses sujeitos, e o bispo Dom Luiz Victor Sartori os enxergava pelo prisma da degradação “física e moral”; a imprensa, por meio do *Gazeta do Norte*, reforçava em suas publicações todos esses olhares. No entanto, passou a incomodar os grupos da elite local, também que os migrantes recorriam à população como uma alternativa de sobrevivência. Nesse sentido, a mendicância, devido ao aumento no número de migrantes nos últimos anos, foi categorizada como uma “**verdadeira praga social**”, a qual precisa ser combatida (Gazeta do Norte 1935, 12). Nos anos seguintes o cenário, segundo a imprensa, não tinha alterado, ao contrário, o número daqueles que expunham suas “misérias” nas ruas para tentar ganhar um “tostão” era “assombroso” (Gazeta do Norte 1937, 08). O que coloca a população sob risco de contrair doenças, como mostra o próximo fragmento,

[...] tal o número enorme de pedintes que perambulam pelas suas ruas, o número enorme de loucos que põem em sobressalto a família montesclarenses, os tracomatosos que constitui um seríssimo perigo para a população. Os passeios da cidade vivem cheios desses infelizes. Aqui **um preto maluco**, num momento de fúria, despe-se completamente. Ali **um outro doido atira uma pedra em uma vidraça e outro tenta agredir uma criança**. Mais adiante um doente expõe às vistas dos transeuntes as suas

chagas, suas dores e suas misérias, como um cartão de apresentação para receber uma esmola. A porta de um café uma pobre mulher enferma pede um pão para matar a fome (Gazeta do Norte 1939, 12).

Outra questão que chama atenção foi que a imprensa evidenciou que o sujeito desordeiro era “preto”. Considerando que não foi enfatizada nenhuma outra cor de indivíduos nesse contexto, notamos o caráter racista do Jornal ao chamar atenção para a questão racial do sujeito transgressor. Para Almeida (2018), o fato de encontrarmos pessoas negras em condições subalternas, ora por meio de violência estrutural, ora por meio de violência cultural, comprova que a própria estrutura social é racista.¹¹ Em relação à mulher que se encontrava à porta do café, ela estava também doente de tracoma e, por isso, lhe fora negado o cartão necessário para receber a alimentação e o bilhete de passagem no trem fornecido aos “retirantes” (Gazeta do Norte 1939, 14).

Foi sugerido também pela imprensa que as autoridades locais encontrassem a solução para o problema: “E ahi se faz necessário a intervenção dos poderes competentes, que no caso, são a Prefeitura, a saúde pública e a polícia” (Gazeta do Norte 1935, 25). Uma das medidas adotadas pelo delegado de polícia foi fazer uma lista com alguns nomes e dados sobre os “mendigos”, de alguma maneira, essa notícia tinha como objetivo informar que a situação estava sob controle.

Uma das maneiras de a imprensa se referir aos migrantes foi por meio da categoria de falsos mendigos, isso porque, segundo o Gazeta do Norte, muitos deles levavam consigo algum dinheiro. No entanto, percebemos que o fato de os migrantes recorrerem à população como uma alternativa para conseguir algum alimento não os tornava nem vagabundos, muito menos incapazes de trabalhar. As condições precárias vivenciadas, na realidade, foram geradas pelas medidas de controle da migração e até pela falta de infraestrutura ferroviária, já que a quantidade de trens disponíveis na época também contribuía para atrasar as viagens.¹² A percepção da sociedade local lançada sobre os migrantes nos remete a Elias e Scotson (2000), conforme os autores: “Afixar o rotulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (Elias e Scotson 2000, 26).

¹¹ Repetidas vezes o Gazeta do Norte fez referências aos aspectos negativos dos negros, assim como da própria África. Quando os criadores de animais resistiam em obedecer ao novo Código de Posturas Municipal, por exemplo, o Jornal afirmou que não seria tolerado os hábitos daqueles que insistiam em transformar o espaço urbano em uma Aldeia Africana (Gazeta do Norte 1937, 18). Ao mencionar a população negra da região da Jaíba, próximo a Montes Claros, foi afirmado que não se tratava do “negro de feições grosseiras, comum em algumas raças africanas, como os gabões, bantos, etc.”, embora “levam uma vida quasi primitiva” (Gazeta do Norte 1946, 12).

¹² O CIC avaliou na época que “Os transportes, terrestres ou marítimos, apresentam desde 1930 a 1945 um quadro desolador. Não houve praticamente crescimento das linhas ferroviárias em tráfego: em 15 anos o aumento ficou abaixo de 8%” (RCIC, n.º 2, 20, 1946).

Na sócia dinâmica da estigmatização, segundo Elias e Scotson (2000), sempre se recorre aos fatos concretos para provar que um grupo é “bom” e outro é “ruim”. Nesse sentido, em Montes Claros, os migrantes, tidos como mendigos e delinquentes, ficaram a cargo da jurisprudência da polícia. Como podemos constatar a seguir: “Examinando essa situação, o ilustre senhor tenente-coronel, Manoel Neves da Silva, delegado militar deste município vae promover os meios de regulamentar o exercício da mendicância” (Gazeta do Norte 1935, 17). A ação da autoridade policial começaria com um levantamento estatístico dos doentes, aleijados, cegos, idosos, os que não poderiam trabalhar, os malandros; a cada um deveria ser dado um destino, os doentes, os loucos seriam hospitalizados em Belo Horizonte e Barbacena. É importante ressaltar que o embarque de pessoas supostamente “doentes” e “loucas”, um diagnóstico que não era realizado na época por um médico, mas pelo delegado de polícia, constituiu uma das maiores “ações de higiene pública” realizadas na cidade. Como é exemplificado a seguir: “Os loucos vão ser, finalmente, mandados para hospitais: as reclamações da “Gazeta” e as providências da polícia” (Gazeta do Norte 1939, 16). Essa mesma constatação também foi realizada por Celestino (2011), ou seja, os migrantes aglomerados no espaço urbano também faziam parte do grupo daqueles que eram alvos dessas medidas:

O envio sistemático de loucos para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB fez parte da história de Montes Claros até meados da década de 80. Seguiam “às levas” loucos indigentes, loucos migrantes, loucos trazidos especialmente para serem embarcados, cidadãos de “boas famílias” da cidade, que enlouqueciam (Celestino 2011, 84).¹³

Segundo o delegado, o objetivo era eliminar de vez o ato de esmolar na cidade, “e como medida moral vou providenciar para que todos os mendigos sejam apresentados a delegacia de polícia, a fim de que seja examinado suas condições, recebendo um certificado que os habilitarão a ser socorridos” (Gazeta do Norte 1935, 14). Isto é, passou a ser exigido também que os mendigos, que se tratam dos migrantes, autorizados a esmolar pela autoridade policial, deveriam usar a placa da municipalidade. Uma espécie de “crachá” que lhes concedia a permissão para praticar a mendicância na cidade. Novamente identificamos outra medida que visava separar em lados opostos os indivíduos “de fora” da sociedade local, a partir da perspectiva de Elias e Scotson (2000).

Foram estabelecidas também estratégias de segregação dos mendigos do contato diário com a população. Na interpretação de Elias e Scotson (2000), essas ações são importantes para os grupos

¹³ Ver Mattos 1999; Machado; Caleiro 2009.

no poder como medida de proteção do seu próprio lugar na sociedade. O que é concretizado quando são definidas regras claras em relação aos papéis desempenhados, ou seja, “esses membros podem ficar sob suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider” (Elias e Scotson 2000, 26). Nesse intuito, a caridade na cidade deixou de ser algo pessoal e passou a ser conduzida pelas entidades assistenciais, a exemplo da Associação São Vicente de Paula, os Vicentinos, um grupo ligado à Igreja Católica. Para isso foi criada a *Casa do Pobre* dessa maneira, foi determinado pela Prefeitura Municipal e pelo Juiz de Direito que: “Os membros da sociedade são proibidos de atender o pobre com esmolas em suas portas”. O objetivo principal ficou evidente no excerto seguinte: “Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais, passando a dal-as diretamente ao Dispensário¹⁴ que for organizado” (Gazeta do Norte 1935, 18). Isto é, a segregação também foi uma alternativa utilizada pela elite local em relação à presença dos migrantes retidos na cidade pelo controle da migração.

Para Elias e Scotson (2000), os grupos dominantes no poder formados por indivíduos e famílias procuravam proteger suas identidades por meio da afirmação da sua superioridade de força e coletividade atribuída a si. Outro exemplo que vai de encontro a essa compreensão foi o trabalho de assistência desempenhado pela Associação das Damas da Caridade. A instituição ligada à Igreja Católica já desempenhava ações de assistência aos pobres desde a sua fundação no ano de 1923. As Damas também foram incumbidas de assistir aos migrantes:

Deante da situação angustiosa dessa gente, a Associação das Damas da Caridade tendo a frente seu diretor revmo, Cônego Marco Van in, resolveu apelar para o sentimento do povo de Montes Claros, a fim de serem distribuídos viveres a esses retirantes que se encontram em extrema penúria e são atualmente cerca de quatro mil (Gazeta do Norte 1938, 15).

Entretanto, a instituição também atuou no intuito de excluir os migrantes dos espaços públicos, como foi evidenciado: “A Associação das Damas da Caridade desta cidade vai tomar para si a altruísta tarefa de retirar os mendigos das ruas da cidade [...]. Essa bela iniciativa que vai nos livrar do espetáculo deprimente da legião de aleijados e do apelo de numerosas creanças a esmolarem pela rua” (Gazeta do Norte 1938, 13). Os recursos financeiros da instituição eram oriundos de diversas fontes, como a renda proveniente das casas alugadas, as quais a associação

¹⁴ Esta Instituição não era uma exclusividade de Montes Claros, outros registros realizados por Neves (2000, 89) demonstram que ela existia também no estado do Ceará, com uma de funcionamento semelhante: “Destes, somente 1.100 eram diretamente atendidos pelo Dispensário dos Pobres, “instituição apreciável do Sr. Arcebispo - grande amigo dos pobres - e dirigida pelas senhoras de caridade, verdadeiras heroínas do amor ao próximo”, construída pela Liga das Senhoras Catholicas e “que tão bons serviços vem prestando aos desfavorecidos da fortuna”.

possuía no centro da cidade. Por meio da realização de eventos, doações de particulares e até mesmo com o dinheiro público subsidiado pela prefeitura municipal, como foi mencionado: “Essa comissão ficou igualmente de se entender com o prefeito Dr. Antônio Teixeira, para conseguir um auxílio da prefeitura a essa obra de grande alcance para essa cidade” (Gazeta do Norte 1938, 12).

Chamam atenção os números dos migrantes despachados para outros estados no final da década de 1930, o que ratifica os efeitos práticos da mobilização: “**Cerca de doze mil** desses infelizes tiveram a situação resolvida, partindo para São Paulo, Baixada Fluminense, e Paraná. Quatro a cinco mil, no entanto, estão ali escoradas nas pontas dos trilhos, aumentando dia a dia por novas levas que batem as estradas, a maioria” (Gazeta do Norte 1939, 11). Na prática, as ações de exclusão, “no combate à desgraça dos flagelados”, ocorreram em conjunto com o Centro de Saúde, a Prefeitura Municipal, a Igreja Católica e o delegado de polícia.

Outro problema acarretado pelo serviço de recrutamento de trabalhadores ocorreu, em 1938, quando as atividades do serviço de migração foram suspensas, como informou a imprensa, “em virtude de certas dúvidas surgidas quanto à sua legalidade” (O Observador 1939, 55). Segundo o Gazeta do Norte (1939), somente em fevereiro de 1939, foram esclarecidas as dúvidas em relação ao transporte de trabalhadores, o qual passaria a ser função da Inspetoria do Trabalhador Migrante.

Entretanto, conforme o Observador (1939, 55): “A suspensão do fornecimento de passagem, como é óbvio, agravou a situação”, e o grande contingente de migrantes retidos ainda teria outro desdobramento: “O acúmulo de trabalhadores, ainda mais afetados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desequilíbrio na colocação de trabalhadores [...]. “A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros” (O Observador 1939, 56). Isso num período em que, segundo a própria fonte, chegavam diariamente cerca de 500 pessoas na cidade. O desdobramento desse fato foi que o Estado de São Paulo suspendeu totalmente o recrutamento e o embarque dos trabalhadores.

A situação agravada pelo surto de cólera e pela suspensão total dos embarques exigiu a vinda do vice-presidente do CIC, o major Aristides de Lima Camara, à cidade. Uma das providências tomadas pela autoridade foi a retomada dos embarques para São Paulo, no entanto, o Estado se propôs a receber apenas 240 pessoas diariamente, desde que inspecionadas, vacinadas e que ficassem em observação por pelo menos oito dias em Montes Claros (O Observador 1939, 56). No entanto, as medidas adotadas temporariamente resolveram em parte o problema, com serviços

médicos hospitalares, alojamento e distribuição de alimentos (O Observador 1939, 56). Para isso o CIC enviou recursos financeiros:

Tendo em vista o Decreto-Lei n.º 1.301, 29 de maio de 1939, poz à sua disposição o crédito especial 200.000\$000, para atender as despesas de socorro aos retirantes nordestinos; [...] I - Designa seu segundo vice-presidente, Major Aristides de Lima Camara para chefiar a missão que irá a Montes Claros e Pirapora com o encargo de prestar auxílio aos retirantes do Nordeste (Revista de Imigração e Colonização 1940, n.º 3, 164).

Entretanto, percebemos que as providências tomadas pelo CIC, não alteraram a situação de insegurança: “Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados, como se também não fossem brasileiros, como se também não fossem necessitados” (Gazeta do Norte 1939, 13). Ficou evidente também, como alegou a imprensa, que a assistência prestada não era para todos, “como se também não tivesse direito ao auxílio e ao socorro que estão recebendo os demais flagelados” (Gazeta do Norte 1939, 15). Inclusive, o Jornal manteve a sua principal preocupação, que era com os habitantes locais, “aqui estão abandonados constituindo um seríssimo perigo para a população”, o fragmento seguinte também reforça essa ideia: “É um abuso inqualificável deixar sem auxílio, abandonando-as por aí, para viverem em contato com a população, centenas de pessoas atacadas de tracoma, terríveis moléstias dos olhos. De todos os males é este último o mais grave” (Gazeta do Norte 1939, 13).

Como a situação dos migrantes retidos não tinha sido resolvida, a Gazeta do Norte fez alguns questionamentos: “Por que, então, não socorre também os doentes, si eles como os outros, também vieram de longe, das zonas martirizadas pelas secas?” (Gazeta do Norte 1939, 13). E seguem as indagações: “Por que são doentes? Não é essa a razão que o auxílio deve ser prestado a todos [...] devem também ser socorridos, mandando-os para hospitais, onde possam ser convenientemente tratados” (Gazeta do Norte 1939, 14). A resposta para estas interrogativas era evidente, ou seja, o serviço de migração estava interessado apenas no migrante sadio. Na realidade, as soluções implementadas por Aristides de Lima Camara tinham um único objetivo continuar fornecendo mão de obra sadia para o estado paulista, a qual era garantida com o agenciamento de trabalhadores nordestinos. Após o surto de cólera, a assistência que vinha sendo prestada foi interrompida, como foi informado: “Até há pouco tempo eram distribuídas as refeições aos flagelados, por conta do Conselho de Imigração e Colonização. Essas distribuições acabaram, mas os caminhões abarrotados de retirantes estão chegando diariamente” (Gazeta do Norte 1940, 15). A conjuntura de insegurança também continuava sem alterações: “E a cidade está cheia de flagelados,

muitos deles portadores de moléstias terríveis e contagiosas como, por exemplo, o tracoma” (Gazeta do Norte 1940, 16).

Retomando a perspectiva de Elias e Scotson (2000) é possível também uma análise nesse sentido. Como os migrantes chegavam de diversos lugares do nordeste e do norte de Minas, chegavam todos juntos, e se não fossem barrados pelas autoridades, a exemplo do exame médico, ao qual eram submetidos, teriam Montes Claros apenas como lugar de passagem, não tinham condições suficientes para criar o "carisma grupal" e se protegerem. Ficavam expostos aos comentários, definições e críticas de um grupo que já estava há muito consolidado: os estabelecidos, a população local.

Em 1940, no referido artigo: *O eterno problema dos flagelados: herança indesejável que a seca nordestina legou à cidade*, a imprensa expressou toda a sua insatisfação com o fato de Montes Claros continuar sendo local de convergência de nordestinos. Embora fosse do interesse da cidade, a solução do problema, que já vinha sendo tratado há anos, continuava sem solução. Nesse sentido, foi descrito o cenário urbano daquele início da década de 1940, “o número enorme de flagelados que perambula pelas ruas da cidade, pedindo, pelo amor de Deus, um pedaço de pão para matar a fome” [...] E eles são aos milhares (Gazeta do Norte 1940, 15). Segundo as informações, num processo contínuo chegavam à urbe Norte mineira “milhares desses infelizes”. Após passarem vários dias de privação na cidade, alguns deles foram enviados para outras regiões onde pudessem encontrar trabalho. Porém, esses trabalhadores chegavam à cidade sem nenhum “tostão”, o que os levava a recorrer à caridade pública.

Um casarão antigo, onde funcionou um grupo escolar, tinha sido improvisado no final da década de 1930 como hospedaria. No entanto, como o CIC tinha suspendido a assistência aos migrantes que chegavam à cidade, como a distribuição de alimentos, nem mesmo os sadios que eram recrutados como mão de obra para outras regiões e estados recebiam qualquer tipo de auxílio. Nesse sentido, a insegurança voltou a se intensificar no início do ano de 1940; os migrantes então se viram obrigados a buscar alternativas de sobrevivência, como é descrito a seguir:

Em suas imediações [hospedaria], na rua, aqui e acolá a gente vê as cinzas e brasas de uma fogueira, um monte de lixo e uma família faminta. E, o mais triste e desolador, é que, cada casal de flagelados traz um punhado de filhos. Crianças de todas as idades, naquele antro terrível, imundo, fétido, insuportável. Já não se pode mais passar nas proximidades do “depósito de retirantes” porque o mau cheiro que dali exala é intolerável. E naquela promiscuidade incrível, homens, mulheres, velhos e crianças há, como dissemos doenças as mais diversas (Gazeta do Norte 1940, 15).

O fragmento evidencia as condições precárias enfrentadas pelos migrantes na cidade. No entanto, a notícia foi veiculada pela imprensa com o propósito de enfatizar que os “flagelados” representavam um risco para os moradores, “constituindo um seríssimo perigo para a população indefesa”. Em seguida foi feito o apelo direto ao governador do Estado, “que ordene medidas enérgicas no sentido de socorrer aos flagelados que vem de longe para esta cidade evitando que sejam propagadas moléstias que muitos são portadores” (Gazeta do Norte 1940, 12). No entanto, não foi feita nenhuma referência aos motivos que levaram os migrantes a serem retidos na cidade, como a seleção médica e a indisponibilidade de carros de segunda classe na Central do Brasil.

As reportagens do Gazeta do Norte, pelo menos até o ano de 1943, ainda enfatizavam os reflexos negativos da presença dos migrantes, como foi noticiado: “Causa péssima impressão a todos o avultado número de mendigos, aleijados ou vagabundos que vivem estendendo a mão à caridade pública” (Gazeta do Norte 1943, 13). A narrativa seguinte também não se distancia da interpretação de Elias e Scotson (2000, 26), sobretudo quando os autores fazem referência aos “grandes mal lavados” [the great unwashed], artesão magricela e pouco limpo”, além da infecção anômica, a qual os “de fora” eram portadores. Segundo a imprensa, os hotéis, bares, casas comerciais, dentre outros, eram frequentemente invadidos, segundo a imprensa, “por maltrapilhos, mendigos, portadores de úlcera que exalam pútridas emanações o característico de suinismo a que se entregam para impressionar o esmoler” (Gazeta do Norte 1943, 16). Em diversas reportagens, os migrantes foram acusados de serem “sujos e inimigos do asseio” (Gazeta do Norte 1940, 15), como no excerto anterior, em que seus hábitos são comparados a um determinado animal, nesse caso o porco. No entanto, não é levado em consideração o fato de os migrantes viajarem durante dias, semanas e até meses. Além disso, permaneciam retidos em Montes Claros, sem uma estrutura adequada que os acolhesse. O que dificultava a manutenção dos hábitos de higiene. Inclusive, quando chegavam em Montes Claros, não existia uma estrutura adequada para acolhê-los; a maioria não conseguia sequer um teto para se abrigar, além das sombras das árvores. Inclusive, o próprio serviço de abastecimento de água na cidade, na época, era limitado a um chafariz localizado na Praça Dr. Chaves, para abastecer toda a população urbana. A água encanada só se tornaria uma realidade nos anos seguintes.

A história dos migrantes que passavam por Montes Claros e permaneciam mesmo que temporariamente teve vários desdobramentos nos anos seguintes, pelo menos até a década de 1960, que não aprofundaremos neste artigo. Embora os “mendigos” continuassem a chegar à cidade, o

discurso da imprensa mudou, a partir de meados da década de 1940. Baseado no fato de a cidade ser entreposto para os migrantes e do Norte de Minas sofrer com constantes secas, a elite local adotou um novo posicionamento. Isto é, passaram a reivindicar recursos públicos para serem investidos na cidade.¹⁵ Solicitaram, por exemplo, que a região fosse incluída no Polígono da Seca, que abrangia os estados do Nordeste do Brasil, o que de fato ocorreu no final da década de 1940, Montes Claros foi escolhida para ser sede de um *Escritório das Obras Contra a Seca*.¹⁶

Os migrantes tiveram um papel fundamental como executores das obras públicas, iniciadas com recursos do governo federal, como a construção de açudes, pontes e estradas. A própria área urbana foi beneficiada com calçamentos de ruas, a construção de rede de água encanada, rede de esgoto, edificações de prédios públicos e casas populares. Foi retomado nesse período as obras da continuação da ferrovia que ligaria Montes Claros com o Sul da Bahia, e os migrantes também foram os responsáveis pela força de trabalho. Pois o Norte de Minas na época sofria com a escassez de mão de obra, devido à migração dos norte-mineiros para São Paulo. Foi então que os retirantes nordestinos passaram a ser agenciados para trabalhar nos novos canteiros de obras. Aqueles sujeitos que antes eram vistos como um problema social, um entrave no caminho do progresso, foram fundamentais nesse processo. Embora em nenhum momento a Gazeta do Norte explicitamente expressou esse reconhecimento.

Conclusão

Em síntese, o deslocamento de trabalhadores foi intensificado no período em que o Estado de São Paulo procurava resolver a escassez de mão de obra. Milhares de nordestinos, incluindo homens, mulheres e crianças, viram nessa oportunidade a possibilidade de buscar melhores condições de vida, o que foi compreendido neste estudo como um processo de reprodução social das famílias. Nem todos os nordestinos pretendiam permanecer em São Paulo, o “ir e vir” dos migrantes era constante, após cumprir uma temporada de trabalho no Sul. O próprio CIC ratifica essa compreensão: “Não pudemos chegar à conclusão se os recém-chegados trabalhadores para a lavoura paulista são empreitados para a época do plantio, da colheita, da derrubada, ou se, apenas, para o tratamento de uma safra (Revista de Imigração e Colonização 1952, n.º 2, 89 - 90). Entretanto, o principal desafio desses migrantes era realizar a travessia, pois, mesmo que sua mão de obra fosse fundamental, eles enfrentavam as condições precárias, sobretudo, em Montes Claros,

¹⁵ Cardoso Júnior (2008) faz alguns breves apontamentos nesse sentido.

¹⁶ Ver em Pereira 2007, 48.

que era preposto das migrações. Ao selecionar apenas os sadios, a triagem médica contribuiu para gerar um excedente de pessoas subalternizadas na cidade.

Os migrantes também se depararam com as estigmatizações por parte da sociedade local, a qual os enxergava sob a ótica da inferioridade. Os grupos liderados pela Igreja Católica, autoridades políticas e policiais articularam diversas ações no intuito de isolar os migrantes do contato com os moradores locais. Contudo, os mesmos migrantes que foram vistos como problema num primeiro momento, contribuíram posteriormente de maneira fundamental para o processo de desenvolvimento regional.

Referências bibliográficas e fontes

Fontes

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR – Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.532/1935. Dados sobre o embarque de retirantes na cidade colhidos na EFCB.

Jornal Gazeta do Norte. Gazeta do Norte. Anos: 1930 a 1943.

O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=6220>. Acesso em: 22 mar. 2020.

Revista de Imigração e Colonização. Ano de 1940, nº 3, 1943, nº1, 1942, nº2, 1946, nº 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>. Acesso em 22 de Jan. 2023.

Vianna, Urbino de Sousa. 2007. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Em Coleção Sesquicentenária/coordenadora Marta Veronica. - Montes Claros: Unimontes.

Bibliografias

Almeida, Silvio Luiz de. 2018. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.

Albuquerque Jr., Durval Muniz de. 2011. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.

Albuquerque Júnior, Durval Muniz. 2009. “A dimensão retórica da historiografia.” Em *O historiador e suas fontes*. Carla Pinsky, e Tania Regina de Luca (ed.). 223-249. São Paulo: Editora Contexto.

Benevolo, L. 1984. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura*, traduzido por Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva.

Cardoso Júnior, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. 2008. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Celestino, Késia Tavares. *Entre Calíope e Clio: a loucura sob a pena da Literatura e da História*. 2011. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG.

Cruz, Heloisa de Faria, e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. “Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, no. 35 (2007): 253-270. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Elias, Norbert e, John. L. Scotson. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*, traduzido por Vera Ribeiro e Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Fontes, Paulo R. R. *Trabalhadores da Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50*. 1996. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. 2002. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

França, Iara Soares de. *A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais*. 2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

Koifman, Fábio. 2012. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Leite, Marcos Esdras. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento de uso do solo urbano e da dinâmica de favelas em cidades médias: o caso de Montes Claros/MG*. 2011. Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. Disponível em: <https://goo.gl/kFxQjB>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Lessa, Simone Narciso. *Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. 1993. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Mattos, Virgílio Antônio Cunha de. 1999. *Trem de doido: o direito penal & a psiquiatria de mãos dadas*. Belo Horizonte: Editora Uma.

Machado, Jaqueline Simone de Almeida, e Regina Célia Lima Caleiro. 2009. “Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos ‘loucos improdutivos’”. Em *Desenvolvimento social em perspectiva* editado por Xavier, Elton Dias e Santos, Gilmar dos. Belo Horizonte: Sografe

Menezes, Marilda Aparecida de. 2012. “Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos”. Em *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Paulo Eduardo Teixeira, Antonio M. da Costa Braga e Rosana Baeninger (ed.). 21-40. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Neves, Frederico de Castro. 2000. *A Multidão e a História*. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto.

Paiva, Oldair da Cruz. 2004. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno*. Bauru, SP: EDSC.

Pereira, Laurindo Mekie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 2007. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Silva, Luciano Pereira da. *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*. 2012. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-92XNEC>. Acesso em 22 de mar. 2023.

Tessari, Cláudia Alessandra e Costa, Julio Cesar Zorzenon. “Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951)”. *Economia e Sociedade*, Campinas 28, no. 2 (66) (2019): 513-540.